

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO****SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA****Coordenadoria de Administração e Finanças**

Rua Líbero Badaró, 425, 32º andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009-905

Telefone: 3913-4000

Contrato; Nº 012/SMPED/2022

PROCESSO Nº 6065.2022/0000307-0

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº
007/SMPED/2021****CONTRATANTE:** PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
SÃO PAULO – SECRETARIA MUNICIPAL DA
PESSOA COM DEFICIÊNCIA – SMPED, CNPJ
nº08.082.743/0001-60.**CONTRATADA: SALAMANCA MATERIAIS
PEDAGÓGICOS ESPECIAIS EIRELI – ME, CNPJ
nº32.736.879/0001-20.****OBJETO:** “Aquisição de itens para sala
sensorial”.**VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 34.350,00**
(trinta e quatro mil e trezentos e cinquenta
reais).**NOTA DE EMPENHO: 57.052, 57.063 e 57.068****CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE ITENS PARA
SALA SENSORIAL QUE CELEBRAM ENTRE SI
A SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA E A EMPRESA SALAMANCA
MATERIAIS PEDAGÓGICOS ESPECIAIS
EIRELI – ME.**

Aos **sete** dias do mês de **julho** do ano **dois mil e vinte e dois**, no Gabinete da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência – SMPED, situado na Rua Líbero Badaró, 425 – Centro - São Paulo - CEP 1009-905, de um lado a **Prefeitura do Município de São Paulo** através DA **SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SMPED**, CNPJ nº08.082.743/0001-60, neste ato representada pelo, **Sr. FLÁVIO ADAUTO FENÓLIO**, Chefe de Gabinete, portador do RG nº 26.238.777-3 SSP/SP e CPF nº 260.109.838-43, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **SALAMANCA MATERIAIS PEDAGÓGICOS ESPECIAIS EIRELI – ME**, CNPJ nº32.736.879/0001-20, com sede na Rua Celestino Abaurre, nº370 – Quadra 029 Lote 013, bairro: Costa Dourada, cidade de Serra, Estado de Espírito Santo – CEP 29.175-178, telefone: (27) 2141-4301, e-mail: salamanca.inclusao@gmail.com, vencedora e adjudicatária do PREGÃO supra-referido, por sua representante legal, a Empresária, **Sra. DIONE OLIVEIRA VARGAS SANTANA**, R.G. nº606718 SSP/ES e CPF/MF nº 002.715.087-95, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado a execução deste instrumento, o que fazem com base no disposto na Ata de R.P. nº 08/SMPED/2021, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações, da Lei Federal nº 10.520/02 e, no que couber, da lei municipal nº 13.278/02, decretos municipais nº 44.279/2003, nº 46.662/2005, nº 47.014/2006 e nº 54.102/2013, conforme autorização contida no despacho, do processo em epígrafe, bem como observadas as cláusulas e condições a seguir pactuadas, sem prejuízo daquelas previstas no Edital de

Pregão nº 018/SMPED/2020 e na Ata de Registro de Preços nº 07/SMPED/2021 que integram o presente independentemente de transcrição.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. Constitui objeto deste contrato, a aquisição de itens para sala sensorial, de acordo com o Termo de Referência constante do Anexo I, do Edital para Registro de Preços nº 018/SMPED/2020, nas seguintes condições:

1.1.1. ORDEM DE COMPRA PARTICIPAÇÃO AMPLA e RESERVADA:

ITEM	OBJETO	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA
02	CAVALO SUSPENSO Estrutura cilíndrica em PVC, isopor ou espuma, com as seguintes dimensões mínimas: 25 cm de diâmetro e 100 cm de comprimento. Acabamento em courvin ou tecido sintético. Deverá possuir quatro argolas e cintas nas extremidades para fixação do equipamento. Suportar até 200 kg.	03
03	COLCHONETE/TATAME Colchonete ou tatame com espuma em alta densidade com espessura mínima de 07 cm revestido de courvin ou material similar para facilitar a higienização do produto. Medidas mínimas de 300cm de largura x 200cm de comprimento, podendo ser uma única peça ou mais se necessário.	03
04	PISCINA DE BOLINHAS/CENTRO DE ATIVIDADES Piscina com estrutura em aço, revestida de espuma estruturada, e acabamento em courvin ou material similar. Medidas mínimas de 120 cm de comprimento x 100cm de largura x 40 cm de altura. Acompanha, no mínimo, 1.000 bolinhas.	03
05	RAMPA DE EQUILÍBRIO Rampa de madeira ou compensado de 15 mm com verniz protetor. Medidas mínimas de 160 cm de comprimento x 50 cm de largura.	03
06	PLATAFORMA MÓVEL/SUSPENSA Estrutura de aço ou compensado de madeira revestido de espuma ou EVA e acabamento em courvin ou material similar. Medidas mínimas de 75 cm x 59 cm. Deverá possuir quatro argolas ou perfurações para fixação de cordas, cintas ou fita cabo nas extremidades para fixação do equipamento. Suportar mínimo de 60 kg.	03
07	REDE (LAICRA) Tecido laicra/elastano com elevada elasticidade. Medidas mínimas de 120 cm x 120 cm, com no mínimo 02 argolas e 02 cintas ou fitas cabos para suspensão. Suportar no mínimo 40 Kg.	03
08	PNEU BALÃO/DISCO DE FLEXÃO Constituído de tubo de aço ou madeira, em forma de âncora, revestido de espuma. Acabamento em tecido ou courvin, fixado através de uma fita cabo ou cinta para suspensão.	03
09	BOLA SUÍÇA COM TEXTURA Bola com textura com sistema de pinos na superfície, confeccionada em material vinílico, atóxico ou látex com espessura e flexibilidade uniforme ou outro material compatível. Deverá suportar no mínimo 200 kg de peso estático. Deverá ser resistente a estouro. Medida 65 cm.	03
10	KIT DE BOLAS SUÍÇAS Kit com 03 bolas suíças confeccionadas em material vinílico, atóxico ou látex com espessura e flexibilidade uniforme ou outro material compatível, adequado para cinésioterapia. Acabamento perfeito, isento de rebarbas, emendas, furos ou	03

1.2.	qualquer defeito que prejudique seu uso. Deverá ser resistente a estouro e, quando se perfurada para evitar acidentes, deverá esvaziar lentamente. Deverá ser provida para as especificações e deverão esvaziar lentamente. Anexos - Termo de Referência.		
-2.	CLAUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO PRAZO DE ENTREGA DOS OBJETOS		
11	Túnel confeccionado em laicra, elastano ou material similar altamente resistente. Com aros metálicos nas extremidades. Medidas: mínimo de 150 cm de comprimento x 30 cm de largura.	03	
2.1.	A CONTRATADA se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados, durante a sua vigência, ainda que esteja previsto para data posterior a de seu termo final, observados os quantitativos estimados no item 1.1.		
2.2.	Produto com estrutura em madeira ou compensado de madeira, revestida de espuma e acabamento em courovin com rodas de silicone ou rodas de poliuretano reprodutíveis da nota de empenho.	03	bem como da cópia
2.3.	A aquisição da quantidade estimada no item 1.1, de acordo com a necessidade da Administração, dependerá de expressa anuência da detentora do registro de preços e da demonstração da conveniência da aquisição, mediante prévia pesquisa de preços realizada pela Unidade, para o quantitativo total a ser fornecido.		
2.4.	Suporte triangular que oferece estímulos vestibulares e proprioceptivos. Estimula membros superiores e musculatura abdominal. Base confeccionada em aço ou madeira com 03 eixos de fixação, acompanha corda resistente e ferragem para fixação. Medida mínima de 50 cm de comprimento. Suporta até 120 kg.	03	ordem de fornecimento,
2.5.	CONJUNTO DE BANCOS O prazo de entrega do objeto contratual se dará em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato.		corridos, contados da
2.6.	As vendas de todos os objetos deverão ser feitas por conta da CONTRATADA e de suas despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.	03	despesas de embalagem,
-3.	CLAUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL		

3.1. O presente Contrato terá vigência de 06 (seis) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

4.1. O valor estimado do presente Contrato é de **R\$ 34.350,00 (trinta e quatro mil e trezentos e cinquenta reais)**, onerando as dotações orçamentária nº 36.10.14.242.3006.5.407.4.4.90.30.00.00, nº 36.10.14.242.3006.5.407.4.4.90.30.00.00 e nº 36.10.14.242.3006.5.407.4.4.90.52.00.00, nos valores de **R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)**, **R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)** e **R\$ 27.450,00 (vinte e sete mil quatrocentos e cinquenta reais)**, conforme demonstram as Notas de Empenho nº **57.052, 57.063 e 57.068** respectivamente.

4.1.1. O preço de cada item é de (ordem de compra ampla e reservada participação):

- 4.1.1.1. ITEM 02 - CAVALO SUSPENSO – R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais);
- 4.1.1.2. ITEM 03 - COLCHONETE/TATAME - R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais);
- 4.1.1.3. ITEM 04 - PISCINA DE BOLINHAS/CENTRO DE ATIVIDADES – R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais);
- 4.1.1.4. ITEM 05 - RAMPA DE EQUILÍBRIO – R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais);
- 4.1.1.5. ITEM 06 - PLATAFORMA MÓVEL/SUSPENSA – R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais);
- 4.1.1.6. ITEM 07 - REDE (LAICRA) – R\$ 500,00 (quinhentos reais);
- 4.1.1.7. ITEM 08 - PNEU BALÃO/DISCO DE FLEXÃO – R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais);
- 4.1.1.8. ITEM 09 - BOLA SUÍÇA COM TEXTURA – R\$ 160,00 (cento e sessenta reais);
- 4.1.1.9. ITEM 10 - KIT DE BOLAS SUÍÇAS – R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais);
- 4.1.1.10. ITEM 11 – TÚNEL – R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais);
- 4.1.1.11. ITEM 12 - SKATE (BASE LARGA) – R\$ 700,00 (setecentos reais);
- 4.1.1.12. ITEM 14 - TRAPÉZIO – R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais);
- 4.1.1.13. ITEM 15 - CONJUNTO DE BANCOS – R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais).

4.2. Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em

- conformidade com o Termo de Referência, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.
- 4.3.** O pagamento será realizado por meio de nota de empenho, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega dos objetos, mediante Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência.
- 4.3.1.** Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
- 4.3.2.** Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Contratada terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012.
- 4.3.3.** Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o subitem acima, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.
- 4.3.4** O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela Contratada.
- 4.4.** Durante o prazo de vigência do presente ajuste, fica vedada a aplicação de reajuste econômico e revisão de preços, nos termos da Lei Federal nº 8.880/94 e Portaria SF 104/94 ou até que novas normas do Governo venham permiti-lo.
- 4.5.** No caso de prorrogação deste contrato, desde que cumprido o período determinado no item anterior, poderá ser concedido reajuste econômico nos termos da Portaria SF n.º 389 de 18/12/2017, pelo índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, válida no momento do reajuste.
- 4.6.** O pagamento será efetuado em conformidade com a entrega dos bens adquiridos, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura, bem como de cópia reprográfica da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês de competência, descontados os eventuais débitos da Contratada, inclusive os decorrentes de multas.
- 4.6.1.** No caso de prestadores de serviço com sede ou domicílio fora do Município de São Paulo, deverá ser apresentada prova de inscrição no CPOM – Cadastro de Empresas Fora do Município, da Secretaria Municipal da Fazenda, nos termos dos artigos 9º-A e 9º-B, da Lei Municipal nº 13.701/2003 e artigo 68, do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 50.896/2009.
- 4.6.2.** Não sendo apresentado o cadastro mencionado no subitem anterior, o valor do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre a prestação de serviços objeto do presente, será retido na fonte por ocasião de cada pagamento, consoante determina o art. 9º-A e seus parágrafos 1º e 2º, da Lei Municipal nº 13.701/2003, na conformidade do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 50.896/2009, e da Portaria SF nº 101/2005, com as alterações da Portaria SF nº 118/2005.
- 4.7.** Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.
- 4.8.** A Contratada deverá apresentar no pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:
- a)** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;
 - b)** Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND – ou outra equivalente na forma da lei;
 - c)** Certidão negativa de débitos de tributos mobiliários do Município de São Paulo;
 - d)** Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
 - e)** Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada;
- 4.8.1.** Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

- 4.9.** Por ocasião do pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.
- 4.10.** A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista no item 7.4, não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.
- 4.11.** O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no **BANCO DO BRASIL S/A**, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no DOC no dia 22 de janeiro de 2010.
- 4.12.** Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.
- 4.13.** As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5. **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante a Contratante pela fiel e integral realização do mesmo;
- b) Garantir total qualidade dos objetos entregues.
- c) Designar por escrito, o funcionário responsável para resolução de eventuais ocorrências durante a execução deste contrato, relativas à assistência técnica dos equipamentos e dos bens adquiridos;
- d) Zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;
- e) Arcar com todas as despesas diretas e indiretas relacionadas com a execução do contrato, tais como transporte, frete, carga e descarga, etc.;
- f) Cumprir as disposições legais municipais, estaduais e federais que interfiram na execução do contrato;
- g) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;
- h) Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que possa afetar a execução do contrato;
- i) Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;
- j) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do art. 71, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- k) Atender no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas qualquer reclamação, exigência, ou observação realizadas pela CONTRATANTE;
- l) A CONTRATADA obriga-se a substituir, às suas expensas, no total e local ou em partes, os bens que apresentarem qualquer irregularidade nas inspeções efetuadas pela CONTRATANTE antes da emissão do “aceite”;
- m) Prestar garantia e assistência técnica nacional, além de suporte técnico remoto quanto requisitado;
- n) Entregar os equipamentos em 30 (trinta) dias corridos, contados da solicitação pela CONTRATANTE.

6. **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. A CONTRATANTE se compromete a executar todas as obrigações contidas no Edital, cabendo-lhe especialmente:

- a) Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;

- b) Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- c) Proporcionar todas as condições necessárias para a boa execução do contrato, inclusive, comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, sobre qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;
- d) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
- e) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;
- f) Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;
- g) Exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;
- h) Indicar e formalizar o(s) responsável(is) pela fiscalização do contrato, a quem competirá o acompanhamento dos serviços, nos termos do Decreto Municipal nº 54.873/2014.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 7.1. Nos termos do art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993 será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinado o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 7.2. Por força ao artigo 6º, do Decreto Municipal nº 54.873/2014, o(s) fiscal (is) deste contrato e seu(s) suplente(s) serão indicados por meio do despacho do ordenador de despesas da Unidade Orçamentária.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO CONTRATO E DA RESCISÃO

- 8.1. O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal 8.666/1993 combinada com a Lei Municipal 13.278/2002, Decreto Municipal 44.279/2003 e demais normas complementares aplicáveis à espécie.
- 8.2. O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 8.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 8.4. Dar-se-á a rescisão do contrato em qualquer dos motivos especificados no art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993, bem assim o referido no parágrafo único, artigo 29, da Lei Municipal nº 13.278/2002, independentemente da notificação ou interpelação judicial.
 - 8.4.1. Em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/1993, ficam reconhecidos os direitos da Administração especificados no mesmo diploma legal.

9. CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DOS OBJETOS

- 9.1. O recebimento dos objetos será feito conforme o Edital Eletrônico, e dele faz parte integrante para todos os fins.
- 9.2. O recebimento dos objetos deste contrato deverá ser atestado pelo responsável pela fiscalização, pelo designado da CONTRATANTE, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme Cláusula Sétima.
 - 9.2.1. A fiscalização será exercida de acordo com o Decreto Municipal nº 54.873/2014.
- 9.3. O objeto contratual será recebido consoante às disposições do artigo 73, da Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas municipais pertinentes.
- 9.4. O recebimento e aceite do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, verificadas posteriormente.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

- 10.1.** Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei Federal nº 8.666/1993 e no art. 7º, da Lei Federal 10.520/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total ou parcial do objeto, observando-se os procedimentos contidos no Capítulo X, do Decreto Municipal nº 44.279/2003, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas na cláusula 10.2, com as seguintes penalidades:
- a) advertência;
 - b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a dois anos;
 - c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou
 - d) impedimento de licitar e contratar com Município de São Paulo e descredenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º. da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
- 10.2.** A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:
- 10.2.1.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.
- 10.2.2.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.
- 10.2.3** Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor do equipamento não entregue por dia de atraso, inclusive nas hipóteses de fixação de prazo para substituição ou complementação, limitada a demora até o máximo de **19 (dezenove) dias** do prazo fixado, após restará configurada inexecução do ajuste, parcial ou total, a depender se o atraso se deu em parte ou no todo.
- 10.2.3.1.** No caso de atraso por período superior a **20 (dias) dias**, poderá ser promovida, a critério exclusivo da contratante, a rescisão contratual, por culpa da contratada, aplicando-se a pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.
- 10.2.4.** Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do material entregue em desacordo com as especificações do Edital e do ajuste, sem prejuízo de sua substituição, no prazo estabelecido.
- 10.2.5.** Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.
- 10.2.6.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da CONTRATADA.
- 10.2.7.** As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.
- 10.3.** O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 55, do Decreto Municipal nº 44.279/2003.
- 10.3.1.** Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, quando exigida.
- 10.3.2.** Se os valores da fatura forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.
- 10.3.3.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 10.3.4.** Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no art. 80, incisos I e IV, da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 10.4.** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do art. 109, da Lei Federal nº 8.666/1993 e Decreto Municipal nº 44.279/2003, observado os prazos nele fixados.
- 10.4.1.** No ato do oferecimento de recurso deverá ser recolhido o preço público devido, nos termos do que dispõe o art. 17, do Decreto nº 51.714/2010.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

- 11.1.** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.
- 11.2.** Fica a CONTRATADA obrigada a manter, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive no que concerne ao cumprimento dos deveres trabalhistas que possuir.
- 11.3.** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.
- 11.4.** Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.
- 11.5.** A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.
- 11.6.** No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos conforme Lei Federal nº 8.666/1993.
- 11.7.** Ficam fazendo parte integrante deste, para todos os efeitos legais, o Edital de Pregão nº 018/SMPED/2020 e a Ata de Registro de Preço nº07/SMPED/2021 do Processo Administrativo nº 6065.2020/0000621-1.
- 11.8.** O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações obedecerão a Lei Municipal nº 13.278/2002, Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.
- 11.9.** Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

- 12.1.** Fica eleito o Foro da Fazenda Pública desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato assinado pelas partes, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.

São Paulo, 07 de julho de 2022.

FLÁVIO ADAUTO FENÓLIO
Chefe de Gabinete
SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – SMPED.
(Assinado digitalmente)

DIONE OLIVEIRA VARGAS SANTANA
Empresária
SALAMANCA MATERIAIS PEDAGÓGICOS ESPECIAIS EIRELI.
(Assinado digitalmente)

TESTEMUNHAS:

Nome: Jaqueline Martins Gomes

RG: 48.072.082-4

Nome: Nathan Trindade Santos

RG: 59.045.432-8



DIONE OLIVEIRA VARGAS SANTANA

usuário externo - Cidadão

Em 07/07/2022, às 14:45.



Flávio Aduino Fenólio

Chefe de Gabinete

Em 07/07/2022, às 17:59.



Jaqueline Martins Gomes

Assessor(a) Técnico(a) I

Em 07/07/2022, às 18:05.



Nathan Trindade Santos

Assessor(a) Técnico(a) I

Em 07/07/2022, às 19:08.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **066576558** e o código CRC **830D9C64**.

Referência: Processo nº 6065.2022/0000307-0

SEI nº 066576558